

# TESTEMUNHO DA INTERVENÇÃO

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO



### Eurico Brilhante Dias

*“...A economia portuguesa precisa de aumentar o seu grau de abertura, deve fazê-lo de forma sustentada e isso só pode acontecer se coletivamente colocarmos como desígnio fundamental aumentar o peso das exportações do PIB. O Estado não poderá fazer isso de forma individual, porque quem exporta são as empresas. Não é o Estado nem a administração pública que exporta. O Estado só pode ser o facilitador desse processo...”*

“Muito boa tarde, antes de mais um cumprimento especial ao Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Associação Industrial do Distrito de Aveiro. Um cumprimento também à diretora geral da AIDA, que conheço já há muitos anos e de muitos projetos da AIDA, também ao presidente do IAPMEI, ao Sr. Vogal da comissão diretiva do COMPETE, ao Sr. Diretor Geral da COTEC.

Minhas senhoras, meus senhores, senhores empresários, deixem-me dirigir-vos umas palavras que dizem respeito ao desafio que temos em aumentar as exportações, o peso de exportações do PIB, mas também de aumentarmos a capitalização da economia portuguesa.

É uma urgência e é uma debilidade que a economia portuguesa apresenta há muito, e que só pode ser ultrapassada de forma conveniente, se formos capazes de captar investimento direto do estrangeiro no setor industrial.

Portanto, neste momento, estamos num momento positivo da economia portuguesa. A economia cresce, o desemprego reduziu de forma significativa, gerando até novos problemas e dificuldade de recursos humanos e mão-de-obra em muitas indústrias.

Temos boas notícias no que diz respeito ao cumprimento das contas públicas. Sabemos que para o país continuar a crescer de forma sustentada e para poder investir, uma vez que o investimento arrasta importações em muitas circunstâncias, para podermos continuar a ter a perspetiva que os rendimentos dos portugueses aumentem e que esse aumento irá gerar novas importações, para mantermos um equilíbrio da nossa balança corrente, o país precisa de exportar mais.

Deixem-me dizer-vos, que esse desafio que é colocado ao país, e apesar das boas notícias, é um desafio imenso. Talvez há alguns anos fosse um desafio que todos considerássemos praticamente impossível, que é o desafio de colocarmos de facto as exportações no peso do PIB acima de 50%, com exportações de empresas portuguesas, mas também com exportações de filiais estrangeiras que investem



SESSÃO DE ABERTURA  
José Ribau Esteves



SESSÃO DE ABERTURA  
Fernando Castro



SESSÃO DE ABERTURA  
José Carlos Caldeira



I PAINEL  
Os Novos Desafios para  
a Internacionalização  
António Silva



II PAINEL  
As oportunidades de  
negócio no mercado  
da Alemanha  
Simeon Ries



II PAINEL  
As oportunidades de  
negócio no mercado  
dos E.U.A.  
Graça Didier

# TESTEMUNHO DA INTERVENÇÃO

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO

### Eurico Brilhante Dias

no país, que criam emprego, que pagam impostos e que ajudam a tornar o nosso país, um país melhor para viver.

É evidente que para esse desafio, nenhum Governo podia passar ao lado. É algo importante no nosso país, onde a internacionalização da economia portuguesa é provavelmente dos poucos pontos onde há um profundo consenso quanto à sua prioridade política. Aliás, se nós olharmos para trás, o país tem vindo a crescer desde o princípio do século. As suas exportações crescem praticamente todos os anos acima do crescimento do PIB, o contributo das exportações tem sido um enorme arrastamento, tem puxado pela economia portuguesa, para que ela apesar do crescimento medíocre da primeira década tenha crescido alguma coisa.

E é importante dizer e sublinhar, em 2005, as exportações portuguesas não ultrapassavam os 27% e hoje superam os 40% de forma sustentada. Se fomos capazes de em pouco mais de dez anos fazer crescer o peso das exportações, mais de 13%, o país tem que ser capaz.

A médio prazo, no início da próxima década deste século, temos de ter 50% de exportações no produto e sabemos que o equilíbrio não é apenas das nossas contas públicas, mas o equilíbrio da balança corrente e endividamento coletivo da economia portuguesa, que é o endividamento do Estado, das empresas e das famílias, passa por sermos coletivamente capazes de atingir este objetivo.

Deixem-me dizer também, que de facto o país apresenta desde 2012 um saldo positivo da sua balança corrente.

É uma balança deficitária na balança de bens, face à balança de serviços. A sua combinação deu-nos 4.1 mil milhões de euros de balança comercial positiva em 2016.

O turismo cresce de forma acelerada, mas é injusto dizer que apenas um setor de serviços tem crescido.

Máquinas e aparelhos, muitas dessas exportações residentes no distrito de Aveiro e em áreas como a balança agrícola ou a balança de energia, que apesar de estar deficitária, apresenta sinais muito positivos.

Se algo começa progressivamente a mudar, de forma sustentada e até permanente, com um grau de estruturalidade que poderá suportar alguns abanos que mais tarde ou mais cedo poderão voltar ao país.

As crises em economia ocorrem muitas vezes em tendências cíclicas, mas se há algo estrutural que tem vindo a ser construído nos últimos anos é uma balança agrícola equilibrada, que se espera que atinja equilíbrio em 2021.

Estas são também boas notícias que nos permitem olhar com confiança para o futuro.

Existe, ainda assim, um conjunto de debilidades que vale a pena sublinhar. O Sr. Presidente da AIDA sublinhou o facto de termos uma percentagem significativa de empresas que exportam apenas para um único mercado e o problema de concentração de mercados da economia portuguesa, não é um problema do país apenas, é um problema empresa a empresa. Cerca de metade das empresas portuguesas exportam apenas para um país, Espanha ou para Angola, sendo estes os países onde há maior concentração de exportadores.

Existe ainda outra questão, que é elementar e é um padrão que nós não conseguimos alterar nos últimos dez anos. 70% das empresas portuguesas exportam menos de



I PAINEL  
As oportunidades de negócio no mercado da França  
Géraldine Dussaubat



I PAINEL  
Testemunho do Empresário  
Jorge Santiago



II PAINEL  
A Economia Portuguesa: Passado e Futuro  
Rui Rio



II PAINEL  
Fernando Alfaiate



II PAINEL  
Jorge Marques dos Santos



II PAINEL  
Jorge Portugal



SESSÃO DE ENCERRAMENTO  
Fernando Castro



SESSÃO DE ENCERRAMENTO  
José Ribau Esteves



SESSÃO DE ENCERRAMENTO  
Eurico Brilhante Dias



CONCLUSÕES

# TESTEMUNHO DA INTERVENÇÃO

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO

**Eurico Brilhante Dias**

um milhão de euros. Mais de 70% das empresas exportadoras têm menos de 10 trabalhadores, sendo, portanto, microempresas e PME.

Há um elemento, que talvez seja o mais preocupante do ponto de vista das políticas públicas, que é o facto de existir um aumento de 13% a 14% nas exportações da última década, mas o número de empresas exportadoras ser praticamente o mesmo.

As 500 maiores empresas exportadoras concentram 2/3 das exportações do país. Estamos a falar de bens, mas diria que mesmo alargando a bens e serviços, o valor não é significativamente diferente.

Todos os anos temos mais 5000 a 6000 exportadores e todos os anos temos menos exportadores do ano transato. É curioso quando reparo no número de empresas exportadoras e percebo que o número é praticamente o mesmo, entre 21 mil a 22 mil empresas exportadoras. Significa que temos ainda muito trabalho para fazer nessa base exportadora.

Claro que temos tido boas notícias do investimento estrangeiro, mas as boas notícias têm tido um foco setorial que não é aquele que nós gostaríamos de manter para o padrão futuro. Portugal tem estado sempre centrado na banca, nos seguros e no setor energético.

Julgo que o investimento direto estrangeiro da indústria transformadora não atinge 7,5% do investimento captado em 2016.

Precisamos de investimento direto estrangeiro para capitalizar a nossa economia, para gerar novas experiências, trazer novos clientes às pequenas e médias empresas, imputar capital e produto nacional em investimento direto estrangeiro e em cadeias de valores globais.

Tudo isto são questões que nos preocupam e que estão presentes no desenvolvimento daquilo que julgamos serem as principais opções de política pública nesta área.

Somo ainda uma terceira preocupação, que se prende pelo investimento direto português no estrangeiro.

Empresas que em tempos apostaram noutros mercados, viram muitos dos seus investimentos menos bem-sucedidos. O país tem limitações de utilização de meios comunitários e de recursos públicos no suporte ou no investimento direto português no estrangeiro.

Essa limitação existe. Não financiamos canais de distribuição e não nos financiamos diretamente com recursos a fundos comunitários. Temos um evidente problema na capacidade pública de interação do sistema financeiro suportar novo investimento direto português no estrangeiro. No entanto, é essencial para que as empresas portuguesas, as maiores e as médias, possam crescer contribuindo também para o equilíbrio da balança corrente do país.

No fim dessa linha está o elemento central, que é o equilíbrio da balança corrente como algo que é essencial para manter o país fora do escrutínio dos credores e daqueles que não só emprestam à república, mas também emprestam ao sistema financeiro e a partir dele ao setor empresarial.

Em 2008 Portugal era o país que apresentava, em termos relativos, entenda-se em percentagem do PIB, o maior défice da balança corrente dos países da OCDE e essa posição não pode voltar.

# TESTEMUNHO DA INTERVENÇÃO

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO

**Eurico Brilhante Dias**

Por isso, meus senhores, temos um desafio que é importante e as boas notícias que vamos tendo no que diz respeito ao crescimento, ao desemprego, às contas públicas, não nos deve desviar de um aspeto central: a economia portuguesa precisa aumentar o seu grau de abertura e deve fazê-lo de forma sustentada. Isso só pode acontecer se coletivamente colocarmos como desígnio fundamental aumentar o peso das exportações.

O Estado não poderá fazer isso de uma forma individual, porque quem exporta são as empresas. Não é o Estado nem a administração pública que exporta. O Estado só pode ser facilitador desse processo e disponibilizar recursos para as empresas, da forma mais adequada, sabendo que este processo terá intermediários fundamentais, onde as associações como a AIDA têm um papel central.

Desenvolvemos um programa que apresentámos ao Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia Portuguesa, que embora ainda não esteja fechado, foi uma obrigação assumida pelo próprio Governo, de o apresentar ao Conselho Estratégico no Parlamento, deixando-o aberto a participantes, associações e empresas para receber contributos a serem incorporados.

Esse programa tem seis eixos fundamentais que queremos desenvolver.

O primeiro diz respeito à inteligência de mercado, uma vez que temos muitos recursos concentrados em estudos de mercado e análise da concorrência dispersos por várias associações, posse de competitividade e mudanças.

O segundo diz respeito à qualificação de recursos humanos e do território. Grande parte do problema da base exportadora prende-se pelos poucos recursos humanos qualificados para gerir o processo de internacionalização. Devemos apostar na qualificação desses recursos, não só para o processo produtivo, mas também para gerir de forma adequada o processo de internacionalização. Isto é algo que acontece principalmente nas pequenas e microempresas.

Ainda o meio de qualificação do território, uma vez que nem todos os municípios, nem todas as CIM do país, estão ainda capacitados para acolher investimentos de forma adequada. São atores fundamentais na captação de investimento para podermos ter melhores dossiers de investimento e melhores áreas de localização empresarial.

O terceiro pilar é o financiamento. E no financiamento temos que trabalhar de forma intensa com o Ministério do planeamento dessas infraestruturas, no que diz respeito ao investimento na área de internacionalização. Será com o Ministério da Economia que iremos planear e a calendarizar, antecipando cada vez mais aquilo que é o financiamento dos projetos de internacionalização, para apoiar o investimento direto português no estrangeiro e a capacidade das empresas portuguesas fora do mercado europeu; podendo assim concorrer para ganhar obras, ganhar contratos e prestação de serviços.

Num eixo mais vertical, com o apoio ao acesso a mercados com a AICEP e com as associações para o desenvolvimento da marca Portugal.

Por fim, a política comercial e a gestão dos custos de contexto à internacionalização são também áreas onde vamos investir.

São seis áreas fundamentais para cumprir estes objetivos, partilhando e aliando com as associações empresariais e com as empresas as prioridades em cada eixo para cumprir objetivos, se entendermos partilhados.

# TESTEMUNHO DA INTERVENÇÃO

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO

**Eurico Brilhante Dias**

Queria ainda deixar uma nota que me parece importante. O Sr. Presidente da AIDA fez um sublinhado importante sobre a relevância da diplomacia económica da AICEP. Apesar de tudo, não estando a AICEP a funcionar como todos gostaríamos que funcionasse, as exportações do país cresceram de forma significativa e acelerada.

Vou contar-vos uma história pessoal. Quando cheguei à AICEP, na altura da fusão, teria entre 600 a 650 trabalhadores. Quando visitei a AICEP pela primeira vez, depois de ter tomado posse como Secretário de Estado, o Presidente da AICEP contava-me com orgulho que a agência fazia dez anos e que eram 450 fantásticos colaboradores. Olhei para ele e disse: quantos? Em 10 anos perdemos 200 trabalhadores? Ou seja, numa década a AICEP perdeu entre 25% a 30% dos seus recursos humanos.

Não há nenhuma organização que com a mesma tecnologia, o mesmo procedimento, o mesmo processo e com um corte de 30% dos seus recursos consiga ter exatamente os mesmos resultados.

Todo o esforço, toda a dedicação que se deve louvar em muitos dos colaboradores da AICEP, foi feito num contexto muito difícil.

Durante os anos em que Portugal esteve no quadro do programa de ajustamento, a rede diplomática portuguesa, naquilo que são os seus serviços periféricos como embaixadas e consulados, perdeu 25% dos recursos humanos.

O número de embaixadas talvez não seja o indicador mais adequado, mas volto a dizer que do mesmo processo, do mesmo procedimento, da mesma tecnologia com menos 25% de recursos, não podemos esperar os mesmos resultados. Apesar disso o país aumentou exportações.

A AICEP, no plano estratégico que eu próprio homologuei, terá financiamento e recursos em 2018 para avançar com a transformação digital.

Há processos e recursos para produzirmos novos produtos. Mas acima de tudo há vontade de reforçar e determinar uma rede de captação de investimento que ainda não está terminada, que está a meio, mas que queremos claramente terminar entre o fim deste ano e o início do próximo.

Devemos estar muito orgulhosos do trabalho coletivo que mesmo nas circunstâncias mais difíceis fomos fazendo, mas não podemos tirar o pé do acelerador e é isso que vos peço. Embora saiba que não precisaria de pedir, temos que continuar a trabalhar em conjunto porque o país só terá futuro, um futuro digno para as novas gerações, se formos capazes de exportar mais e mais.”